fb.me/AssociacaoAIDA
www.linkedin.com/company/10221598

T. +351 234 302 490 · WWW.AIDA.PT

PALOP NEWS

119
EDIÇÃO MENSAL

2019
MARÇO

AIDA
CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO DISTRITO DE AVEIRO
PME QUALIFY
WWW.AIDA.PT

NOTÍCIAS DE ANGOLA

ONZE ACORDOS DE COOPERAÇÃO ASSINADOS ENTRE PORTUGAL E ANGOLA

Portugal e Angola assinaram, em Luanda, 11 instrumentos de cooperação bilateral, com destaque para os dois protocolos sobre administração local e de segurança e ordem interna, bem como para os cinco memorandos de entendimento sobre diversas áreas.

Os acordos foram assinados no Palácio Presidencial na presença dos presidentes de Angola, João Lourenço, e de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa.
Os protocolos de cooperação dizem respeito às áreas da administração local e capacitação e formação técnico-profissional e cooperação institucional, bem como à da segurança e ordem interna, através de projectos de intercâmbio, formação e assessoria técnica especializada.
Os memorandos de entendimento versam sobre igualdade do Género e Assistência a Grupos Vulneráveis e Formação de Quadros e sobre o domínio da actividade marítima e portuária, intercâmbio de experiências nas áreas de gestão portuária, transportes marítimos e logística, segurança marítima e portuária, gestão de frotas, construção naval e formação de capital humano.
Por outro lado, os memorandos de entendimento incluem também as áreas da simplificação, modernização administrativa e reforma do Estado, fortalecendo e promovendo a cooperação e da reforma do estado, através da troca de experiências e conhecimentos, bem como no sistema educativo e no desenvolvimento do ensino profissional.
O quinto diz respeito à formação de funcionário técnicos diplomáticos, em que se actualiza o quadro de cooperação entre os dois ministérios com base em programas específicos de formação, capacitação e preparação de funcionários das carreiras técnicas e diplomáticas.
Também em relação à área diplomática, Portugal e Angola assinaram igualmente uma "declaração de intenções" ligada à Convenção sobre Segurança Social, como vista ao reforço e continuidade das negociações técnicas necessárias para materializar a cooperação.
Ainda na área diplomática, as duas partes assinaram um "acordo sobre actividades remuneradas de membros do pessoal diplomático e consular", que permite que membros do agregado familiar de funcionários de missões diplomáticas possam exercer actividades remuneradas no Estado acreditador nas mesmas condições que os cidadãos desse Estado e de acordo com a lei aplicável.
Fora do âmbito governamental, os dois países assinaram também dois "protocolos de colaboração".
O primeiro foi assinado entre o Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) de Angola e a Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI, I.P.) de Portugal.
O protocolo visa estabelecer a cooperação na área da qualificação, da promoção do investimento inovador e da partilha de boas práticas e 'benchmarking' dos instrumentos de financiamento às empresas como do desenvolvimento de promoção de investimento.
O segundo foi assinado entre o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE) do Ministério das Finanças angolano e a Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A, do Ministério das Finanças português.
O protocolo estabelece os termos e condições para o desenvolvimento de projectos de consultoria e assessoria técnica especializada, bem como outros projectos, na área do sector empresarial do Estado e processo de abertura de capital a terceiros e de privatizações.

FONTE: SIC NOTÍCIAS

ANGOLA
Onze acordos de cooperação assinados entre
Reformas económicas
Comércio livre regional arranca em Agosto
Angola e Portugal

MOÇAMBIQUE
Fisco defende harmonização de procedimentos no comércio externo

SADC e UE aprimoram termos e condições de trocas comerciais

CABO VERDE
Estado de Cabo Verde vendeu 51% da companhia aérea nacional TACV por 1,3 milhões

GUINÉ BISSAU
Economista alerta para ano de "incerteza" na Guiné-Bissau

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
Japão ajuda São Tomé e Príncipe com 1,6 milhões de euros

DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO:
Elisabete Rita | Directora Geral da AIDA

DESIGN E PAGINAÇÃO:
Incograf®

PROPRIEDADE
Associação Industrial do Distrito de Aveiro

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA:
1000 exemplares

COMPETE 2020 · PORTUGAL 2020 · UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

REFORMAS ECONÓMICAS

Em relação às reformas económicas em Angola, Joffre Van Dúnem disse que a nova Pauta Aduaneira permite aderir à Zona de Comércio Livre (ZCL) da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Angola reafirmou, na conferência Concordia África Initiative, o reforço das reformas na luta contra a corrupção, diversificação da economia e maior abertura ao investimento privado.

Em declarações à imprensa no regresso ao país, Joffre Van Dúnem disse que destacou no fórum a nova lei de investimento privado, as oportunidades de negócio disponíveis e a reforma económica liderada pelo Governo. "O investimento privado é de grande importância para Angola porque tem o potencial de alavancar a diversificação da economia, o crescimento económico, a criação de empregos, a inclusão social e a geração de oportunidades para a juventude."

Outro tema analisado na conferência foi a cooperação entre Angola e o Reino Unido, no sentido de incrementar o investimento fora do sector de Petróleo e Gás.

Para o ministro do Comércio, é necessário investir nos sectores da Agricultura, Indústria, Turismo, infra-estruturas , Educação e Saúde.

"O novo paradigma do Governo veio para atrair o investimento privado e diversificar a economia nacional, facilitando assim as trocas comerciais entre países parceiros", sublinhou Joffre Van Dúnem.

FONTE: JORNAL DE ANGOLA

COMÉRCIO LIVRE REGIONAL ARRANCA EM AGOSTO

O ministro do Comércio, Joffre Van Dúnem, afirmou que a adesão de Angola à Zona de Comércio Livre (ZCL) da SADC deve acontecer nos próximos meses. "Acredito que, em Agosto, vamos aprovar a adesão de facto e o início do desmantelamento das taxas", frisou.

O governante, que falava à imprensa no regresso da conferência Concordia África, que aconteceu no dia 28 de Fevereiro, em Londres, já tinha anunciado que Angola está a preparar duas taxas diferentes, uma para a África do Sul, que considera estar num estágio de desenvolvimento mais avançado, e outra para os restantes países da região da SADC.

Este processo prevê a protecção de determinados produtos considerados fundamentais e levará dez anos até à sua conclusão.

No caso de Angola trata-se de mais de cinco mil artigos incluídos na pauta aduaneira. "Na ZCL da SADC teremos uma percentagem de produtos que, numa primeira fase, serão excluídos de direitos aduaneiros. Mas não teremos apenas produtos de exclusão como também de protecção", explicou o ministro do Comércio.

FONTE: JORNAL MERCADO

ANGOLA E PORTUGAL

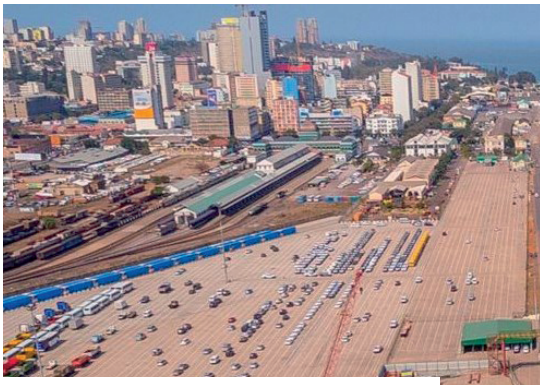
As relações comerciais entre Angola e Portugal continuam favoráveis e Portugal situa-se entre os três primeiros parceiros comerciais de Angola.

Joffre Van Dúnem disse que a cooperação entre Angola e Portugal, independentemente dos laços que unem os dois países, pode ser reforçada com a implementação de empresas privadas, tendo em conta a nova Lei de Investimento Privado.

O ministro garantiu que as portas estão abertas para o empresariado português, que dispõe de condições económicas, sendo o objectivo do país apostar na diversificação da economia.

Nesta fase, os sectores da Saúde e Educação são os sectores com mais potencial para desenvolver.

FONTE: JORNAL DE ANGOLA



FISCO DEFENDE HARMONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS NO COMÉRCIO EXTERNO

A Autoridade Tributária (AT) de Moçambique defendeu hoje a harmonização dos procedimentos de exportação e importação de mercadorias, visando aumentar o comércio externo e a captação de divisas para o país.

O director-geral da AT, Aly Mallá, afirmou que a instituição está empenhada em uniformizar as exigências no desembaraço aduaneiro nas fronteiras do país, para facilitar o fluxo no comércio externo.

Mallá disse que a sua instituição introduziu o Operador Económico Autorizado (OEA), um documento atribuído aos agentes económicos envolvidos no comércio externo, para facilitar a actividade.

O OEA é uma acreditação conferida aos agentes do comércio externo que assegura ao detentor e a terceiros que está em conformidade com medidas de segurança e boas práticas internacionais na actuação.

Os titulares do instrumento gozam de tratamento preferencial nas fronteiras, da prerrogativa de beneficiar de um gestor de clientes personalizado e da possibilidade de terem apenas parte das suas mercadorias inspeccionadas.

Além de importadores e exportadores, o estatuto de OEA beneficia também fabricantes, armazenistas, transportadores, transitários e despachantes aduaneiros.

FONTE: LUSA EM SAPO NOTÍCIAS

SADC E UE APRIMORAM TERMOS E CONDIÇÕES DE TROCAS COMERCIAIS

O secretariado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral discutiu, em Maputo, os termos e condições das trocas comerciais com União Europeia. Na ocasião, o director nacional de Comércio Externo destacou o crescimento do comércio externo entre Maputo e Bruxelas.

Os países-membros da SADC assinaram em 2016, o Acordo de Parceria Económica com a União Europeia, estabelecendo, deste modo, um comércio livre entre os dois mercados.

Em Moçambique este acordo só entrou em vigor a partir de Fevereiro de 2018, com Maputo a exportar para Bruxelas produtos como alumínio e cana-de-açúcar a taxas bonificadas, impulsionando a balança comercial.

O director nacional do comércio externo, Amílcar Arone, disse que a União Europeia é um parceiro relevante para Moçambique.

Contudo, a representante do secretariado da SADC, Keatlaretse Dintle apontou algumas lacunas na implementação deste acordo de parceria económica, por parte da maioria dos países africanos signatários.

FONTE: O PAÍS

ESTADO DE CABO VERDE **VENDEU 51% DA COMPANHIA AÉREA NACIONAL TACV** POR 1,3 MILHÕES

Segundo o contrato assinado, "o parceiro estratégico não poderá alienar as suas acções durante um período de cinco anos, tendo para tal de ter autorização do Governo".

O Estado de Cabo Verde vendeu 51% da companhia aérea nacional TACV por 1,3 milhões de euros à Lofleidir Cabo Verde, que irá injectar mais seis milhões de euros para a capitalização da empresa, informou o Governo cabo-verdiano.

Numa nota enviada à comunicação social, depois da assinatura do acordo de privatização da TACV – Cabo Verde Airlines, através da venda de 51% das ações à Lofleidir Cabo Verde, empresa detida em 70% pela Loftleidir Icelandic EHF e em 30% por empresários islandeses, o Governo cabo-verdiano veio revelar os montantes envolvidos no negócio.

o Governo cabo-verdiano revelou que "o montante acordado para a aquisição de 51% do capital da empresa, entre o Estado e o parceiro estratégico, é de 1,3 milhões de euros".

O parceiro irá injectar mais seis milhões de euros "para a capitalização da empresa, totalizando cerca de 7,3 milhões de euros".

Segundo o executivo cabo-verdiano, o valor patrimonial da empresa foi estabelecido no montante de 9,2 milhões de euros: 5,48 milhões de euros representavam os activos imobiliários e 3,7 milhões de euros o valor patrimonial, excluindo os imóveis.

"No âmbito das negociações feitas, foi possível excluir todos os activos imobiliários desta transacção", prossegue o comunicado.

Segundo o executivo cabo-verdiano, "o accionista Estado vai continuar o seu desinvestimento na empresa, realizando brevemente a alienação de 10% do seu capital social aos trabalhadores e emigrantes, mantendo-se com 39% das acções da companhia que serão alienadas ainda em 2019 a investidores nacionais e internacionais".

Segundo o contrato assinado, "o parceiro estratégico não poderá alienar as suas acções durante um período de cinco anos, tendo para tal de ter autorização do Governo".

"Passado este período, e caso pretenda fazê-lo, o Governo tem sempre direito de preferência", refere a nota.

O Governo reiterou o objectivo de "aumentar de forma significativa o contributo da actividade de transportes aéreos para o crescimento económico do país, num sector de elevada competitividade e complexidade de gestão e exigente em termos tecnológicos".

"Isso só pode ser conseguido com mais mercados, mais passageiros, mais e melhores ofertas de serviços e mais voos que permitam a Cabo Verde Airlines ultrapassar a dimensão crítica de operações e crescer, assim como crescerão as actividades relacionadas com a gestão logística e comercial dos aeroportos", lê-se no comunicado.

Fonte: LISA EM O JORNAL ECONÓMICO

ECONOMISTA ALERTA PARA **ANO DE "INCERTEZA" NA GUINÉ-BISSAU**

O economista guineense Santos Fernandes disse que 2019 vai ser um ano de incerteza económica na Guiné-Bissau devido ao ciclo eleitoral, que começa com eleições legislativas a 10 de Março, e que vai afastar os investidores.

"Vamos ter um ano de incerteza a nível económico, porque os próprios investidores, se o país já vinha de cíclicas crises, agora têm razões de sobra para terem a incerteza relativamente ao ambiente de negócios", afirmou à Lusa Santos Fernandes.

A Guiné-Bissau vai realizar eleições legislativas a 10 de Março, depois de uma crise política, que teve início em 2015 com a demissão do Governo formado pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Desde 2014, ano em que se realizaram as eleições legislativas, a Guiné-Bissau teve sete primeiros-ministros, um dos quais nomeado por duas vezes.

O país deverá ainda este ano realizar eleições presidenciais.

Para o economista, o crescimento vai ficar "um pouco acima dos 3%", porque os "empresários são políticos e parte do seu capital vai ser canalizado para a campanha" eleitoral.

"Isso retrai o investidor que vai ficar a aguardar quem vai ganhar as eleições", salientou.

Santos Fernandes explicou também que para aquele cenário vai contribuir o facto de o país continuar sem diversificar a economia, continuando a depender da comercialização da castanha de caju, que não cria emprego.

"Enquanto em África se fala da diversificação da economia, nós continuamos a falar da castanha de caju e, do ponto de vista económico, quanto mais heterogéneo e diversificado for o mercado melhor", disse.

"Todos estes factores não vão ajudar o ambiente económico para o ano de 2019 com a agravante de a economia não ser diversificada", acrescentou.

Segundo Santos Fernandes, outro grave problema é a corrupção, que afeta "até 30% do Produto Interno Bruto".

"A corrupção guineense é endémica e está a olho nu. A nossa população não consegue ter consciência da forma como é afectada pela corrupção", disse.

Segundo o relatório da Transparência Internacional sobre o índice da corrupção, a Guiné-Bissau só conseguiu obter 16 dos 100 pontos previstos e está entre os países mais corruptos do mundo.

"O investidor é um especialista em análise de risco e esse relatório vai comprometer a captação de investimento que tanto é necessária para o país", lamentou.

FONTE: LUSA EM RTP NOTÍCIAS

JAPÃO AJUDA SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE COM 1,6 MILHÕES DE EUROS

O Governo japonês concedeu a São Tomé e Príncipe uma ajuda financeira não reembolsável de 1,6 milhões euros para o desenvolvimento do sector das pescas, disse o embaixador nipónico no país, Masaaki Sato.

"O diplomata japonês que reside em Libreville e a ministra são-tomense dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidade, Elsa Pinto, assinaram, na capital são-tomense, um acordo nesse domínio.

"Essa ajuda representa um montante de cerca de 1,6 milhões de euros atribuída pelo Japão com vista à compra de produtos e serviços necessários ao sector da pesca", disse Masaaki Sato, sublinhando que o valor permitirá a aquisição de embarcações de motor fora de bordo e materiais de pesca para os pescadores artesanais.

"O Japão tem uma larga experiência ligada às actividades da pesca e, persuadido pelo facto de o peixe contribuir bastante para a melhoria da segurança alimentar de São Tomé e Príncipe e para a saúde nutricional da sua população, manifestou o seu interesse no reforço do sector das pescas, propondo essa ajuda ao Governo", explicou o diplomata.

A ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidade, Elsa Pinto, referiu, por seu lado, que esta ajuda "reveste-se de importância capital", acreditando que a aquisição futura dos materiais de pesca permitirá "abastecer o mercado nacional e melhorar a dieta alimentar, fortalecer o sector das pescas e consequentemente o desenvolvimento económico e social" do país.

Elsa Pinto defende que as ajudas externas "não são eternas", por isso "o destino final da ajuda externa deve estar centrado no sector produtivo para efeito multiplicador".

FONTE: LUSA EM ECONOMIA AO MINUTO